

Documento e/ou Informação? Arquivista e/ou Cientista da Informação? Reflexões sobre a síncrese da terminologia e de conceitos teórico-metodológicos na prática arquivística que exigem a adoção de novos paradigmas.

Sílvia Mendes Masson

Especialista em Organização de Arquivos

E-mail: masson.idt@terra.com.br

Prefeitura Municipal de Indaiatuba - Secretaria de Economia e Planejamento

Av. Engenheiro Fábio Roberto Barnabé, 2800

Jardim Esplanada II – Indaiatuba- São Paulo

CEP: 13330 900

Fone: 19 – 3834-9130

Armando Malheiro da Silva

Departamento de Ciências e Técnicas do Patrimônio

Seção Ciência da Informação

Faculdade de Letras

Universidade do Porto – Portugal

E-mail: malheiro@letras.up.pt

Resumo

A partir do sincretismo de terminologia e de conceitos, constatados em prova de concurso público para seleção de profissional da Informação, o presente trabalho propõe refletir sobre o sincretismo da Arquivística e a necessidade de buscar respostas às demandas por um profissional que trate a informação para atender as características da Sociedade da Informação. Por acreditar que a síncrese espelha um *status* que precisa ser substituído por um paradigma científico-informacional, em conformidade com a importância da informação e a dinâmica tecnológica dos dias atuais, a argumentação aqui utilizada se fundamenta na proposição que Silva & Ribeiro (2002)¹ apresentam em seus trabalhos e na criação de um modelo poliédrico de

¹ Silva, Armando Malheiro da. Ribeiro, Fernanda. Das ciências documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

formação que visa alcançar a referida perspectiva unitária. Através de metodologia holística e sistêmica de tratamento da informação, pretende-se obter a síntese para uma comunicação unívoca e efetiva, entre os usuários e a informação, bem como a formação de profissionais compatíveis com essa realidade.

Palavras-chave: Terminologia - Prova de Concurso Público – Arquivística - Ciência da Informação - Formação profissional e científica

I. Introdução

A idéia de apresentar estas reflexões nasceu da síncrese de conceitos, definições, terminologia, nomenclatura e metodologia de tratamento da informação reveladas em prova escrita objetiva, proposta para a seleção profissional, mediante concurso público, com o objetivo de preenchimento de vaga de “Profissional em Organização de Arquivos” de uma instituição universitária no Estado de São Paulo.

Partimos, assim, de um caso particular e restrito e que espelha um status que parece mais refratário e resistente às mudanças do que deveria, para dar destaque à necessidade urgente de adoção de um novo paradigma científico-informacional para a Ciência da Informação, por exemplo, como vem sendo proposto por Silva & Ribeiro (2002)¹, em alternativa, à permanência da visão redutora que tem feito corresponder a cada atividade profissional uma pretensa disciplina científica - ao bibliotecário a Biblioteconomia, ao documentalista a Documentação, ao gestor da informação em novos suportes tecnológicos a Gestão da Informação/Conhecimento e da Ciência da Informação, na sua versão original e norte-americana.²

II. Objetivos

- Dar destaque às contradições e aos conflitos, por obsolescência, imprecisão ou opacidade de terminologia, nomenclatura, conceitos e definições, no tratamento da informação, postas em relevo em prova de concurso público, cujo enunciado das questões refletem a sincretismo de conceitos e a inconsistência das diversas abordagens arquivísticas.

- Polemizar e buscar refletir, a partir da dificuldade em nomear e traçar o perfil do profissional a ser selecionado, seja por indefinição ou imprecisão da própria prática, seja pela discordância da eficiência e legitimidade na proposta de prova para avaliar o conhecimento requerido a esse profissional, passando pela análise semântica,

comunicacional e epistemológica, sublinhadas e vincadas na elaboração das questões, e que despertam para a urgência de uma nova postura para o tratamento da informação, na sociedade contemporânea.

- Ressaltar a importância, a urgência e a necessidade de reflexão e ação, no sentido de atender ao tratamento da informação, na conjuntura da Sociedade da Informação com a adoção de paradigmas compatíveis com a sua realidade, a partir da constatação das inconsistências apontadas, as quais revelam as fragilidades e a diversidade de metodologia e terminologia da Arquivística, ou que se contrapõem confusamente, porque decorrem de várias correntes e tendências, ou porque não foram consideradas as contradições nas abordagens entre os autores indicados, ou, ainda, porque os conceitos pinçados do texto, limitam e descontextualizam a idéia que expressam, podendo resultar em entropia.

III. Metodologia

Através da análise e reflexão sobre as questões da prova de concurso público para o cargo de “Profissional de Organização de Arquivos”, à luz da bibliografia (indicada pela Instituição que realizou o concurso) e a de outros autores que tratam da necessidade de adoção de um novo paradigma para a Ciência da Informação, alcançar o objetivo de pôr em relevo a síncrese conceitual e metodológica, destacando a urgência de mudança, para a adequação ao paradigma científico pertinente com a Sociedade da Informação, e, ao mesmo tempo, apresentar a proposta de epistemologia e metodologia sistêmica, holística, integralizadora da Ciência da Informação, na visão de autores que analisam e propõem soluções ao problema, para a formação do profissional que trate a informação segundo esses conceitos.

IV. Argumentação

A. O questionamento sugerido pela sincrética utilização de fontes, terminologia, conceitos, nomenclatura e idéias.

A linha de argumentação utilizada partirá da apresentação da questão, e, em seguida, serão apresentados os comentários, à luz da bibliografia indicada, que buscarão comprovar o entendimento de que há impropriedade, inferência, generalização ou restrição equivocadas, devido à descontextualização - por recorte, da obra e autoria dos conceitos que expressam -, graças à falta de consenso dos conceitos expressos

na bibliografia indicada, ou, ainda, à obscuridade na apresentação semântica ou de terminologia, na elaboração da questão.

Primeira questão:

1. Quais são os seis elementos preconizados pela Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística, ISAD(G), para o intercâmbio internacional de dados arquivísticos ?

a) Código de referência, título, autor, data, âmbito e conteúdo, características físicas.

b) Código de referência, título, data, local, dimensão da unidade de descrição, nível de descrição.

c) Código de arranjo, espécie documental, emissor, destinatário, função, ação, data tópica, data cronológica, assinatura.

d) Código de referência, título, produtor, data, dimensão e suporte, nível de descrição.

e) N.d.a.

Análise da Primeira Questão :

1º. Questionamento semântico:

A questão apresenta dois termos que interferem na clareza da descodificação do que pretensamente está sendo perguntado e que obscurecem a compreensão e comprometem acerto na resposta. A saber:

- **Preconizar:** 3. *Aconselhar ou recomendar com louvor; divulgar, propagar.*³

- **Dados:** 6. *Elemento ou quantidade conhecida que serve de base à resolução de um problema.* 8. *Elemento ou base para a formação dum juízo.*⁴

No Dicionário de Terminologia Arquivística, temos:

- **Dado:** *Representação mínima de todo e qualquer elemento de caráter cognitivo, passível de ser transferida, processada e interpretada de forma manual ou automática.*⁵

- **Arquivística:** *Disciplina – também conhecida como arquivologia – que tem por objeto o conhecimento da natureza dos arquivos (1) e das teorias, métodos e técnicas a serem observados na sua constituição, organização, desenvolvimento e utilização.*⁶

2º. Questionamento quanto ao teor da Primeira Questão:

A Norma ISAD(G) apresenta 26 elementos, todos preconizados, embora aconselhe que “seis essenciais”, pelo menos, devam ser respondidos pelas Instituições que a adotarem. Há uma diferença fundamental de sentido entre o que é preconizado e o que é essencial, que a questão da forma como está posta, não contempla.

Essencial: “3. Indispensável, necessário, importante. 5. O ponto mais importante; o fundamental”.⁷

Preconizado: Preconizar: “2. Apregoar com louvor; louvar, , elogiar, lisonjear. 3. Aconselhar ou recomendar com louvor; divulgar, propagar.”⁸

A questão mescla, ainda, suposta nomenclatura técnica com termos semânticos, resultando em imprecisão, porque não são definidos pela Arquivística, como pode ser constatado por consulta ao dicionário indicado na Bibliografia referenciada. O enunciado da questão refere-se a “dados arquivísticos” e a Norma trata de “informação arquivística”. Dado e informação, se seguidos do adjetivo “arquivísticos” ou “arquivística”, respectivamente, não se constituem sinônimos e tampouco definem o que tratam. O que são “dados arquivísticos” e o que é “informação arquivística”? Na tentativa de compreender o que se quis dizer com estas expressões, em pesquisa no Dicionário, citado na Bibliografia, e não foram encontrados esses termos utilizados, como locução. Deixando de lado os adjetivos arquivístico e arquivística, os termos, substantivos, em terminologia arquivística, assim aparecem: **Informação:** “1. Todo e qualquer elemento referencial contido num documento. Ver também dado.”⁹ **Dado:** “representação mínima de todo e qualquer elemento de caráter cognitivo, passível de ser transferida, processada e interpretada de forma manual ou automática.”¹⁰ A Arquivística considera “Documento”, *unidade constituída pela informação e seu suporte*.¹¹ Documento de arquivo, no mesmo Dicionário, remete para “Arquivo” e assim o define: “1. Conjunto de documentos que, independentemente da natureza ou do suporte, são reunidos por acumulação ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas.”¹² Dado ou informação, portanto, não se aproximam, pelo sentido, ao que se define como documento de arquivo que, usando um adjetivo em vez da locução adjetiva, talvez pudesse ser denominado de “documento arquivístico”, mas não teria a mesma significação de “dado arquivístico”, no dizer da Comissão que elaborou a prova, ou “informação arquivística”, usada na ISAD(G).

3º. Questionamento sobre o teor da questão:

Entre as alternativas, com exceção da alternativa “e” - nenhuma das respostas anteriores – não são apresentados os “elementos essenciais”, tal e qual estão citados na Norma. É de todo impossível descodificar, exatamente, o que a Comissão deseja saber quando pede os seis “elementos preconizados”. Numa tentativa de inferência,

torna-se um difícil e duvidoso exercício de adivinhação para alcançar a resposta pretendida. A resposta considerada correta é a “d”, mas inclui “dimensão e suporte” que é um dos campos dos “Elementos de Descrição” da Norma, compostos, também, por seis campos. Diante da igualdade de seis campos entre os elementos denominados de essenciais e os campos dos elementos de descrição, temos mais um motivo para confusão, uma vez que “dimensão da unidade de descrição”, um dos campos essenciais para a descrição, foi substituído, na formulação da questão, por “dimensão e suporte” que é um dos campos dos elementos de descrição. A isto, acresce ainda a imprecisão causada pelo uso do termo **preconizados** em vez de **essenciais**. Os campos que compõem os Elementos de Descrição são: “Área de Identificação”, “Código de Referência”, “Título”, “Data”, “Nível de descrição” e “Dimensão e Suporte”.

Na página 13¹³, de onde parece ter sido extraída a formulação da questão, o item 1.12, assim traz : “Todos os 26 elementos abrangidos por estas regras gerais podem ser utilizados, mas somente um conjunto deles precisa sê-lo numa dada descrição. Apenas alguns elementos são considerados essenciais para o intercâmbio internacional de informação arquivística: a) código de referência; b) título; c) produtor; d) data(s); e) dimensão da unidade de descrição; e f) nível de descrição. Portanto, a citação dos “elementos essenciais” que a pergunta intenciona ver reproduzidos, não estão citados, rigorosamente da mesma forma, na alternativa considerada pela Comissão como correta, pois a Norma cita “dimensão da unidade de descrição” e a formulação da alternativa cita “dimensão e suporte”, o que, evidentemente, não é a mesma coisa. Não há assim outra possibilidade que não seja considerar correta a alternativa “e”.

Segunda Questão:

2. Na teoria arquivística as operações que, de acordo com as diferentes estruturas, funções e atividades de uma entidade produtora, visam a distribuir os documentos de um arquivo são chamadas por:

- a) Quadro de arranjo.
- b) Plano de classificação.
- c) Ordenação.
- d) As alternativas a e b são corretas.
- e) N.d.a.

Análise da Segunda Questão :

1º. *Questionamento semântico e gramatical:*

- **Teoria arquivística:** pressupõe que há somente uma, pois se há mais que uma, seria necessário adjetivá-la, para ser passível de identificação. Em consulta, ao Dicionário de Terminologia¹⁴, só há a referência, à “Teoria das Três Idades”, que parece evidente não ser este o caso. A qual teoria arquivística, então, está se referindo a questão ?

- **Operações:** o vocábulo não é terminologia arquivística. **Operação:** “ação de um poder ou faculdade de que resulta certo efeito; complexo de meios que combinam para a obtenção de certo resultado; execução das medidas consideradas necessárias à consecução de um objetivo financeiro, político, militar, etc.”¹⁵

- **Ordenação:** “1. Ato ou efeito de ordenar; ordenamento. 3. Boa disposição; arranjo metódico; arrumação, ordem.”¹⁶

- **Classificar:** “1. Distribuir em classes e/ou grupos, segundo sistema ou método de classificação.(...) 3. Pôr em ordem, arrumar (documentos, coleções etc.)”¹⁷

2º. *Indução da resposta pretendida pela concordância nominal*

“Na teoria arquivística as operações...”, com esta construção, gramaticalmente, o fato de “as operações” estar flexionada no plural, leva à conclusão de que a resposta deva estar no plural. Como as alternativas a, b e c estão no singular, restam apenas duas possíveis, a “d” e a “e”. A resposta é dada como: “d”.

3º. *Uso de verbo cujo significado não tem denotação precisa para uma atividade arquivística*

- **“Distribuir documentos de um arquivo”:** **“Distribuir”:** “3. pôr em ordem; classificar. 4, Dar, entregar (a uns e outros); repartir.”¹⁸ **“Arquivo”:** “1. Conjunto de documentos que, independentemente da natureza ou do suporte, são reunidos por acumulação ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas. 2. Entidade administrativa responsável pela custódia, pelo tratamento documental e pela utilização dos arquivos sob sua jurisdição. 3. Edifício em que são guardados os arquivos.”¹⁹

Pela análise semântica, restam dúvidas se **arquivo** está sendo entendido como serviço, instituição ou “fundo”. A depender do sentido em que se utiliza o termo “arquivo”, “distribuir” poderá significar conteúdos semânticos diferentes, resultando, portanto em dificuldades para se compreender o que a questão pretende alcançar,

podendo ser corretas ou incorretas todas as alternativas, com exceção da alternativa “e”, que, justamente, não é a dada como correta.

4º. *Questionamento à epistemologia Arquivística referente à Segunda Questão:*

“Na teoria arquivística...” sugere que há apenas uma teoria arquivística, ou ignora as demais - se houver -, mas não as cita ou explicita. Luís Carlos Lopes, em obra que trata sobre Arquivística,²⁰ e é prefaciada por Bellotto, que a adjectivou de obra-síntese, no Capítulo “A Arquivística: Correntes e Tendências”, afirma: “(...) *partiu-se da premissa da existência de três principais correntes do pensamento arquivístico: a arquivística tradicional, mais ligada aos arquivos definitivos; o record management, identificado por uma preocupação centrada nos arquivos ativos e semi-ativos; a arquivística integrada, preocupada com o ciclo completo de vida dos documentos.*”²¹

Respectivamente, identificadas, a primeira, por uma hegemonia internacional no plano teórico e prático; a segunda, com os norte-americanos, voltada para o tratamento dos arquivos administrativos, especialmente, os empresariais; e, a terceira, canadense, e que propõe a transformação da arquivística em uma disciplina científica. Porém, o mesmo autor, ressalta que “(...) *“a fragmentação do pensamento arquivístico é um problema internacional. A ausência de metodologias e de concepção bem estabelecidas e utilizadas de modo regular são recorrente em escala mundial. Por toda parte, mesmo onde reina a hegemonia de uma ou outra corrente, é previsível a coexistência no mesmo meio de trabalho de várias visões e práticas.*”²²

5º. *“Quadro de arranjo” e “Plano de Classificação” , constituem, cada um, uma “operação” ou são objetos/produto ? A questão refere-se às operações (portanto ação) e não a objeto/produto (quadro ou plano).*

No Dicionário de Terminologia da AARQ, nos verbetes correspondentes, encontramos:

- **Plano de Classificação:** *esquema pelo que se processa a classificação de um arquivo.*²³
- **Arranjo:** *denominação tradicionalmente atribuída à classificação nos arquivos permanentes.*²⁴
- **Classificação:** *1. Seqüência de operações que, de acordo com as diferentes estruturas, funções e atividades da entidade produtora, visam a distribuir os documentos de um arquivo.*²⁵

- **Ordenação:** disposição dos documentos de uma série, a partir de elemento convencional para sua recuperação.²⁶ Em seguida, nomeia os tipos de ordenação possíveis: *ordenação alfabética, ordenação cronológica, ordenação geográfica, ordenação pelo sistema numérico cronológico, ordenação pelo sistema numérico simples, ordenação temática, ordenação temática dicionária e ordenação temática enciclopédica.*

No livro de Bellotto, também indicado na Bibliografia, ela afirma "... operação do arranjo resume-se na ordenação dos conjuntos documentais remanescentes das eliminações (ditadas pelas tabelas de temporalidade e executadas nos arquivos intermediários), obedecendo a critérios que respeitem o caráter orgânico dos conjuntos interna e externamente). Merece ser lembrado que se trata de ordenação a nível de arquivos permanentes (...)." ²⁷

Entramos aqui num círculo, que nos leva a rodopiar entre os termos. **Arranjo**, no Dicionário de Terminologia, que é definido: "*denominação tradicionalmente atribuída à classificação nos arquivos permanentes.*"²⁸ No mesmo Dicionário, temos: **Quadro de Arranjo** : "*Ver: plano de classificação*". **Quadro de classificação**: "*Ver: plano de classificação.*" Em **Plano de classificação**: "*esquema pelo qual se processa a classificação de um arquivo. Ver também fundo, grupo, série, subgrupo, subsérie.*"²⁹

Tentando dar sentido a todos os termos que foram utilizados na elaboração da questão e os cruzando com a terminologia arquivística, podemos concluir que estão sendo embaralhados significados semânticos com os terminológicos, ora resultando em ações, ora em produtos resultantes dessas ações, ou esquemas que devem preceder a ação. Arranjar significa classificar, mas também significa ordenar, mas ordenar não é classificar, todos sendo portanto operações. Porém, ordenar e arranjar, são próximos, somente em nível semântico, pois em terminologia arquivística, é possível fazer uma operação de arranjo, que significa ordenar conjuntos documentais, mas tão somente em arquivos permanentes, o que nos leva a concluir também que se fizer a mesma operação num outro lugar, não estarei ordenando, nem arranizando, tampouco praticando uma operação ! Confuso, não ?

No Dicionário da Língua Portuguesa, **Esquema**: *1. é a figura que representa, não a forma dos objetos, mas as suas relações e funções; 2. Sinopse, resumo. Esboço; 3. Plano, programa.* ³⁰

Pelas definições dos termos, encontrados no Dicionário de Terminologia, depreendemos que plano e quadro denominam o mesmo objeto. Então, Quadro de Arranjo e Plano de Classificação denominam, a princípio o mesmo objeto, ou seja um **esquema**, o que equivale a dizer uma figura, ou uma sinopse, que resulta de uma **classificação** de um arquivo, restando ainda esclarecer se arquivo, refere-se ao serviço, instituição ou fundo. Dá para entender ? Se eu fizer a mesma operação no arquivo permanente, não estarei fazendo uma **ordenação**, mas um “**arranjo**”, ainda lembrando que ordenação refere-se à “*disposição dos documentos de uma série, a partir de elemento convencionado para sua recuperação*”, o que é uma operação, uma ação. No Dicionário da Língua Portuguesa, **arranjo** é “1. Ato ou efeito de arranjar; boa ordem ou disposição. 2. Administração e/ou arrumação doméstica. 3. Disposição harmoniosa ou artística.”³¹ No sentido semântico, ordenar e arranjar parecem ser a mesma ação, portanto operação, mas as alternativas “a”, “b” e “d” de respostas, referem-se a objeto/sinopse ou esquema. Apenas a alternativa “c”, trata de uma ação: **ordenação**, que não leva em consideração o que a questão enuncia: “... de acordo com as diferentes estruturas, funções e atividades de uma entidade produtora...” porque **ordenação**, em terminologia arquivística, significa dispor os documentos de uma série, a partir de elemento que permite sua recuperação, a depender de um critério que facilitará a busca, como por exemplo a ordem alfabética, cronológica, etc., o que é diferente de classificação, na mesma terminologia, conforme a transcrição do verbete atrás apresentada.

6º. *Síncrise epistemológica e de terminologia em relação a Quadro de Arranjo, Plano de Classificação e Ordenação*

A segunda questão, além dos problemas semânticos na sua proposição, ressalta a falta de unanimidade e de consenso no tratamento metodológico e terminológico da Arquivística, que apresenta correntes e tendências diversas, como Lopes põe em relevo, ao afirmar que “*Nota-se que a fragmentação do pensamento arquivístico é um problema internacional. A ausência de metodologias e de concepções bem estabelecidas e utilizadas de modo regular são recorrentes em escala mundial. Por toda parte, mesmo onde reina a hegemonia de uma ou outra corrente, é previsível a coexistência no mesmo meio de trabalho de várias visões e práticas.*”³²

Heloísa L. Bellotto, na pág. 87 de seu livro, já citado, trata do tema:

"O arranjo é uma operação ao mesmo tempo intelectual e material [ou seja arranjo é também ordenação]³³ para organizar os documentos uns em relação aos outros; as séries, umas em relação às outras; os fundos, uns em relação aos outros; dar números de identificação aos documentos; colocá-los em pastas, caixas ou latas; ordená-los [ou seja, ordenar é também armazenar, e está incluído na operação "arranjo", que neste sentido inclui uma sucessão de operações, a saber: organizar, numerar, identificar, acondicionar e ordenar] nas estantes."

Isto está mal posto, porque se o "arranjo é uma operação intelectual e material", significa que o arranjo parte de uma classificação, que resultará da elaboração de um esquema "criado", de um quadro ou plano para que os "documentos" sejam "arrumados", numa operação "intelectual", promovida, à *posteriori* da produção e, em seguida, fisicamente, identificados por notações, acondicionados e armazenados, numa ordem que torne possível e facilitada a recuperação, quando necessária.

Bellotto, prossegue, referenciando Charpy e Herrera, mas apesar de sublinhar as imprecisões da terminologia, não assume um posicionamento definido: *"Ao analisar as operações de arranjo, Jacques Charpy chama a atenção para a distinção que deve ser feita entre "quadro de arranjo" e "arranjo interno". Trata-se da diferenciação que tem sido preconizada por uma das mais criteriosas arquivistas do momento, que é Antonia Heredia Herrera. Sua defesa veemente da "classificação de fundos" como operação preliminar à "ordenação dos documentos e de séries documentais" não se choca com a sistemática já usada em outros países (inclusive entre nós). Bem ao contrário. É antes de tudo uma questão de terminologia. O que pode dar a impressão de que a primeira daquelas operações não se realiza é o fato de ter-se generalizado na terminologia brasileira a mesma denominação - arranjo - para designar tanto o quadro relacional dos fundos e a disposição interna de suas seções séries, como quer Heredia, como para designar a ordenação interna dos documentos dentro delas."*³⁴

Desta forma, há a consciência de que estamos a confundir ação e produto/objeto, e ordenação e arranjo podem ser operações, mas o arranjo também pode ser quadro, promovendo a imprecisão e o embaralhamento de palavras que dizem, vernacularmente, uma coisa, mas são usadas num significado criado e embutido num mesmo signo, que a depender do contexto significam coisas diferentes. É possível comunicar corretamente se não houver compartilhamento de significado dos signos utilizados ?

Janice Gonçalves, no Manual das Oficinas da AARQ-SP, na página 11, também fala dessa síncrese da terminologia, posta desde o início como questionamento: "*Classificação ou arranjo ? No meio arquivístico brasileiro, foi consagrada a distinção entre "classificação" e "arranjo". De acordo com tal distinção, a "classificação" corresponderia às operações técnicas destinadas a organizar a documentação de caráter corrente, a partir da análise das funções e atividades do organismo produtor de arquivos. Por seu turno, o "arranjo" englobaria as operações técnicas destinadas a organizar a documentação de caráter permanente.*" Mais adiante, prossegue: "*O procedimento técnico de classificação alcança, portanto, os tipos documentais (identifica-os e articula-os entre si), mas considera sobretudo a forma e as razões que determinaram sua existência (como e por quê foram produzidos). Já a ordenação aborda os tipos documentais especialmente do ponto de vista das consultas que lhes forem feitas.*" (p 12). Vista assim, parecer haver mais coerência e precisão da terminologia, ainda que continue vinculando a intervenção que se faz ao lugar e a "idade" em que são armazenadas.

Terceira questão:

3. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Controle de vocabulário é um recurso para organizar e recuperar documentos e informações – com consistência, gerando, conseqüentemente, confiança no sistema.
- b) Controle de vocabulário é um meio para produzir confiança no sistema de organização e busca de informações arquivísticas.
- c) Controle de vocabulário é um meio através do qual se recuperam as palavras contidas nos documentos para acesso dos pesquisadores.
- d) Vocabulário controlado é uma lista uniformizada ou padronizada de termos usados para garantir a recuperação da informação.
- e) As alternativas a e d são corretas.

Análise da Terceira Questão:

1º. *Impropriedade terminológica:*

Na alternativa "b", utiliza-se novamente a expressão "**informações arquivísticas**", demonstrando a imprecisão e a vaga significação do que designa, pois não se trata de terminologia reconhecida. Ver a argumentação e as observações referentes à primeira questão. O que significam "informações arquivísticas"?

No Dicionário de Terminologia Arquivística, encontramos o verbete: “**Vocabulário Controlado**: lista uniformizada ou padronizada de termos usados para garantir a recuperação da informação. Ver também: descritor, palavra-chave, tesouro.”³⁵ A alternativa reproduz, sem aspas, o texto tal e qual está no original.

A alternativa “a”, reproduz, sem aspas, texto de Johanna Wilhelmina Smit e Nair Y. Kobashi.³⁶ A alternativa “c” também apresenta a mesma redação dada pelas autoras, no texto em referência. No mesmo texto, as autoras afirmam: “O controle de vocabulário foi inicialmente desenvolvido pela documentação e só recentemente vem sendo introduzido na arquivística, especialmente, em razão da informatização crescente dos arquivos. Muito embora o tema, assim enunciado, possa parecer distanciado dos procedimentos arquivísticos, vemos algumas rotinas próprias dos arquivos correntes em que está presente o referido controle”.³⁷ Ao pinçar, da obra, conceitos e definições, estes perdem a contextualização e têm a significação comprometida, além de não deixar de apontar o uso inadequado de expressões que parecem terminologia técnica e não são. Uma questão a ser apontada é a generalização apressada que aparece nas alternativas, ao afirmar que controle de vocabulário se presta à busca de “informações arquivísticas”, ou que permite a recuperação de “palavras contidas nos documentos para acesso dos pesquisadores”, que deveria ser para acesso de todos que dela necessitarem, incluindo o próprio produtor. Num texto, é possível diremir estas questões, esclarecendo-as e as complementando, mas retirada a idéia de seu contexto, passa ser necessário cuidar para que não sejam generalizações que provocam alteração do sentido que tinham no contexto original, ou ganhem um caráter sofismático.

Quarta questão:

4. Segundo a teoria arquivística, a configuração que assume um documento de acordo com o sistema de signos utilizado na comunicação de seu conteúdo se chama:

- a) Formato.
- b) Gênero documental.
- c) Espécie
- d) Forma.
- e) N.d.a.

Análise da Quarta Questão:

Novamente, há referência à teoria arquivística, sem determinar qual seja ela, como se houvesse um único significado possível.

Quinta questão:

5. Qual é a propriedade segundo a qual os arquivos refletem a estrutura, funções e atividades da entidade acumuladora em suas relações internas e externas ?

- a) Organicidade documental.
- b) Princípio da ordem original.
- c) Respect des fonds.
- d) Autenticidade documental.
- e) N.d.a.

Análise Quinta Questão:

No Dicionário de Terminologia Arquivística, o verbete assim aparece: **“Organicidade:** *qualidade segundo a qual os arquivos refletem a estrutura, funções e atividades da entidade acumuladora em suas relações internas e externas.*”²⁸

Apesar de poder parecer preciosismo, aqui também há a generalização apressada, pois não está explicitado o sentido em que se usa “arquivo”. O fato de ser uma entidade acumuladora não é suficiente, nem o bastante para que a organicidade esteja garantida, tampouco que tenha a estrutura, funções e atividades refletidas, ainda que seja passível de recuperação, através da análise cuidadosa, da lógica e contexto de produção. Há que se pensar, também, que uma instituição, um arquivo, custodia arquivos (fundos) e, neste sentido, há várias organicidades, pois os arquivos (fundos) têm cada um a sua organicidade, independentes da organicidade do arquivo da Instituição que os custodia, tampouco tem a sua estrutura reconhecida nos documentos que acumula.

Sexta questão:

6. Uma instituição recebeu a doação de um conjunto de documentos formado por três lotes. Os documentos do primeiro lote (cartas, fotografias, recortes de jornais, documentos pessoais etc.) foram produzidos pelo Sr. José Figueiredo (1922-1975), e ficaram sob a guarda sucessiva de sua esposa, Dona Maria Clara Figueiredo, e de sua filha, Clara Cristina, até serem doados. O segundo lote, constituído por um conjunto de cartas trocadas durante os anos 40 entre o Sr. José Figueiredo e o Sr. Antônio das Neves, esteve sob a custódia da filha do Sr. Antônio das Neves, Jussara das Neves,

por 20 anos. O terceiro lote, que tem como data-baliza 1975-1985, foi reunido por Maria José Figueiredo, que se dedicou a colecionar documentos referentes ao seu avô (recortes de jornais, fotografias, cartazes, livros, etc) sendo a responsável pela sua doação.

De acordo com a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística, ISAD(G), quem é ou quem são o(s) produtor(es) destes lotes ?

- a) José Figueiredo, Jussara das Neves, José Figueiredo.
- b) José Figueiredo, Antônio das Neves, não há produtor.
- c) José Figueiredo, Antônio das Neves, Maria José.
- d) José Figueiredo, José Figueiredo, José Figueiredo.
- e) Clara Cristina, Jussara das Neves, Maria José.

Análise Sexta Questão:

A questão inicia dizendo ser uma “Instituição” que “recebeu a doação de um conjunto de documentos formado por três lotes”. Não esclarece que tipo de Instituição, uma vez que a Arquivística tradicional deseja que o tratamento dado à informação, seja conforme o tipo de instituição, se Biblioteca, Arquivo, Centro de Documentação, Centro de Memória, Museu etc. Num sentido, um dos lotes é constituído pelo arquivo produzido e acumulado pelo Sr. José Figueiredo, custodiado pela esposa e filha até a data de sua doação, o segundo lote, constituído por “um conjunto de cartas trocadas durante os anos 40”, e que não utiliza a terminologia adequada, pois , vernacularmente, “conjunto: reunião das partes que formam um todo; complexo”³⁹ , além de não esclarecer se o tal “conjunto” é constituído de cartas recebidas ou se havia também as cartas enviadas, sugerido pela expressão “trocadas durante os anos 40”, mas que de qualquer forma evidencia o tratamento arquivisticamente condenável - pois separa a série do fundo que a produziu - e, finalmente, o terceiro lote que se constitui uma “coleção”, uma vez que é composta pela acumulação de informação a partir de um tema selecionado. Na questão, há a afirmação de que Maria José Figueiredo, “... se dedicou a coleccionar documentos referentes ao seu avô”.

A questão pretende ser uma armadilha, mas, ao propor a armadilha, cai em outras, por falta de cuidado no uso da terminologia e da especificidade da ISAD.

A Norma ISAD(G) alerta: “O presente glossário, com termos e suas respectivas definições, é parte integrante destas regras de descrição. As definições devem ser entendidas como tendo sido formuladas especificamente para os propósitos deste documento.”⁴⁰ Usar esses termos como se fossem terminologia arquivística é, no

mínimo, uma inconseqüência ou um raciocínio sofismático para a indução ao erro. No verbete **“Produtor (creator) – A entidade coletiva, família ou pessoa que produziu, acumulou e/ou manteve documentos na gestão de sua atividade coletiva ou pessoal. Não confundir com colecionador.”**⁴¹ Vernacularmente, **“Criador: 1. Que cria ou criou”**. **“Criar: 1. Dar existência a; tirar do nada. 2. Dar origem a; gerar; formar. 3. Dar princípio a; produzir, inventar, imaginar, suscitar. 4 Estabelecer, fundar, instituir.”**⁴² **“Produtor: 1. Que produz. 2. Aquele que produz. 3. Autor, elaborador.”**⁴³

Deparamos, aqui, a questão da tradução de um termo em inglês, que pela aproximação na forma, com a palavra em Língua Portuguesa, pode levar a inferir que “creator” é o criador, o que não significa em Língua Portuguesa, a mesma coisa, ou seja criador não é sinônimo perfeito de produtor. No entanto, é usual, em Arquivística, nos referirmos ao “produtor” de um arquivo, ou seja, a entidade ou instituição que produz e acumula informação. Há que se atentar com a tradução de terminologia em outros idiomas, que podem levar à inferência, pela aproximação sonora ou de grafia, com palavras em nossa Língua, mas que nem por isso possuem significação assemelhada. Se considerarmos que alguém que coleta informação, em decorrência de um interesse, seja ele profissional ou por lazer, não seja considerado o “produtor” dessa “coleção”, parece que estamos dando dois pesos e duas medidas, a algo que deveria ser tratado à semelhança.

Por outro lado, considerar o uso de termo do glossário da ISAD(G), mesmo com a advertência de que é restrito para uso da Norma, como terminologia arquivística, e a partir disso compreender que “coleccionador” não é produtor, implica comprometer, de forma limitante, a compreensão do que está proposto na questão. Ficam as perguntas: uma coleção temática não tem produtor ? Seguindo esse raciocínio, quem acumula não é produtor ? E quem coleciona, também não é produtor ? E, se voltarmos à questão de número 5, assim formulada: “Qual é a propriedade segundo a qual os arquivos refletem a estrutura, funções e atividades da entidade acumuladora em suas relações internas e externas.”, também neste caso não temos um produtor do fundo ?

Sétima Questão:

7. Tarefa fundamental de toda instituição arquivística é a descrição documental. No caso de uma instituição que contenha fundos e coleções não descritos, qual deve ser a ordem de prioridade para a elaboração de instrumentos de pesquisa ?

a) Guia, inventário, catálogo.

- b) Inventário, catálogo, índice.
- c) Guia, inventário, repertório.
- d) Listagem, inventário, índice.
- f) N.d.a.

Análise da Sétima Questão:

1º. Argumentação à Sétima Questão:

Na formulação da questão, ocorre, novamente, o conflito de terminologia e, neste caso, a instituição arquivística contém “fundos e coleções”. Que tipo de coleções são estas ? Como discernir se o termo coleção se refere a um arquivo pessoal, como alguns autores consideram, ou se é uma “*reunião artificial de documentos que não mantendo relação orgânica entre si, apresentam alguma característica comum.*”⁴⁴

As coleções são objetos atinentes com o tratamento arquivístico ?

É obscura também a afirmação “uma instituição que contenha fundos e coleções”. O que se quer dizer com uma “**instituição que contenha**” ? No vernáculo, “*conter: 1. Ter ou encerrar em si, compreender; incluir.*”⁴⁵ Instituições arquivísticas custodiam, armazenam, guardam, preservam, e “não contêm fundos e coleções.” Parece-nos que esta é justamente uma grave inferência responsável pelo senso comum de que arquivos são depósitos de documentos aos quais se juntam todo o material inservível que não se tenha a coragem de descartar sumariamente.

A questão aborda outro ponto não consensual sobre os instrumentos de pesquisa, como a distinção de catálogo e repertório. Estas terminologias têm descodificação partilhada em qualquer parte do mundo ? Sequer têm, num mesmo país. O Dicionário de Terminologia Arquivística, no verbete **Repertório**, remete, “*Ver: catálogo seletivo*”. “**Catálogo Seletivo**: *catálogo que toma por unidade documentos previamente selecionados, pertencentes a um ou mais fundos ou arquivos, segundo um critério temático.*”⁴⁶ Critério temático ? Isto parece ferir princípios arquivísticos, consagrados e defendidos como sendo fundamentais. Conflita com a idéia de que quem coleciona, não é produtor, embutida na questão de nº 6. É claro que a justificativa aqui é de que o instrumento de pesquisa, deve contemplar a demanda do pesquisador. Por que o pesquisador, em geral compreendido com historiador, e não de quem necessita da informação, a qualquer tempo, incluindo o próprio produtor ? A indexação não daria melhor conta de fazer essas interfaces, a qualquer tempo, principalmente em meio digital ?

Antonia Heredia Herrera⁴⁷, apesar de apresentar a importância de que o plano de descrição deve atender inicialmente, em nível de arquivo, fundos, seções de fundo, com os Guias, a seguir as séries documentais, com o Inventário e depois pelas peças e unidades arquivísticas, com o Catálogo, também, na página 315, nos remete ao problema da terminologia, com as subdivisões de inventário sumário, inventário analítico, usadas também aqui no Brasil. Refere-se a um outro termo utilizado como sinônimo de catálogo: Repertório.

No Dicionário de Terminologia, na pág. 67, assim aparece: “ *Repertório: ver catálogo seletivo*”, e, em “**Catálogo Seletivo: catálogo que toma por unidade documentos previamente selecionados, pertencente a um ou mais fundos ou arquivos, segundo um critério temático. Ver também guia de fontes.**” “*Catálogo sumário: ver inventário*”. “*Catálogo analítico: ver catálogo*”. **Catálogo: instrumento de pesquisa em que a descrição exhaustiva ou parcial de um fundo ou de uma ou mais de suas subdivisões toma por unidade a peça documental, respeitada ou não a ordem de classificação.**”⁴⁸

Em nível de instrumento de pesquisa, é possível respeitar ou não a ordem de classificação, ou mesmo de retirar um documento, uma série de sua organicidade, em benefício da recuperação da informação, mas para alcançar esse objetivo acabou criando uma diversidade de instrumentos que com nomes diferentes designam a mesma coisa, ou não, parecendo nos colocar diante de uma ciranda de termos que parecem dizer e não dizer a mesma coisa, ao mesmo tempo.

Oitava Questão:

8. Em um fundo documental qual é o nome dado à unidade de documentos agrupados, quer para uso corrente por seu produtor, quer no decurso da organização arquivística, porque se referem a um mesmo assunto, atividade ou transação ?

- a) Série
- b) Dossiê
- c) Grupo
- d) Sub-série
- e) N.d.a.

Análise da Oitava Questão:

1º) A questão terminológica:

O Glossário da ISAD(G), define:

"Dossiê/Processo (file) - *Unidade organizada de documentos agrupados, quer para uso corrente por seu produtor, quer no decurso da organização arquivística, porque se referem a um mesmo assunto, atividade ou transação. Um dossiê/processo é geralmente a unidade básica de uma série.*"⁴⁹

A definição enunciada não adverte que é um termo do glossário de termos associados às regras gerais da ISAD(G), portanto semanticamente restrito a um vocabulário específico para a ISAD, não podendo ser compreendido como um conceito ou definição da área arquivística como um todo. No próprio glossário vem explicitado *"As definições devem ser entendidas como tendo sido formuladas especificamente para os propósitos deste documento"*, ou seja, a ISAD, como já assinalado anteriormente, neste texto.

No mesmo Glossário, **"Série"**: *documentos organizados de acordo com um sistema de arquivamento ou mantidos como uma unidade, seja por resultarem de um mesmo processo de acumulação ou arquivamento, ou de uma mesma atividade, seja por terem uma forma particular ou devido a qualquer outro tipo de relação derivada de sua produção, recebimento ou uso. É também conhecida como uma série de documentos (records series)*".⁵⁰

No Dicionário de Terminologia, **"Dossiê"**: *unidade documental em que se reúnem informalmente documentos de natureza diversa, para uma finalidade específica. Ver também: processo*. **"Processo"**: *unidade documental em que se reúnem oficialmente documentos de natureza diversa, no decurso de uma ação administrativa ou judiciária, formando um conjunto materialmente indivisível. Ver também dossiê*. **"Série"**: *seqüência de unidades de um mesmo tipo documental.*"⁵¹

Bellotto, na página 96 do seu livro, alerta para a questão da terminologia com relação à Série. *"O léxico internacional de terminologia arquivística define a série como uma "seqüência de documentos da mesma natureza no interior de um fundo". Ora, por natureza não se pode entender entidade. Por esta razão, as coordenadorias ou departamentos que acima denominamos seções ou grupos não devem ser denominados séries "segundo a estrutura organizacional", como consideram alguns arquivos. O uso simultâneo da palavra série para designar organismos, para denominar seqüência de documentos da mesma tipologia, da mesma função, do mesmo "assunto", ou ainda para denominar aglutinação de fundos, como na arquivística francesa, pode gerar confusões, tanto para o tratamento técnico, levado a efeito pelo arquivista, como para os próprios usuários-pesquisadores."* E encerra a questão, ao adotar e compor com a definição de série dada pela Comissão de Estudo de

Terminologia Arquivística da Associação Brasileira de Normas Técnicas, ao entender que por natureza, o que a define é a função que caberia ao documento no contexto e a tipologia documental para cumprir tal função. Portanto, série é determinada pela função mais o tipo documental, constituindo, assim, a natureza do documento.

Tema polêmico, portanto, para ser apresentado em prova objetiva, principalmente porque relaciona a definição do Glossário da ISAD (reforçamos a idéia já sublinhada de que o Glossário adverte que é específico para o uso da Norma) com termos, dossiê e série, como tantos outros, sem consenso nem mesmo dentro de um mesmo País, menos ainda em nível internacional.

Nona Questão:

9. Qual é o princípio segundo o qual os arquivos originários de uma instituição ou de uma pessoa devem manter sua individualidade ?

- a) Princípio de organicidade.
- b) Princípio da ordem original.
- c) Princípio de proveniência.
- d) Princípio de ordenação.

Análise da Nona Questão:

1º) *A dinâmica das tecnologias alterando princípios:*

Princípio da proveniência: *princípio segundo o qual os arquivos originários de uma instituição ou de uma pessoa devem manter sua individualidade, não sendo misturados aos de origem diversa.*"⁵² Não há o que discutir, à luz da Arquivística tradicional e de documentos analógicos, diplomaticamente elaborados, embora seja hoje questionável o princípio da proveniência como sendo a garantia da individualidade de uma instituição, porque a informação produzida de maneira partilhada no meio digital, em que muitas vezes uma tipologia informacional é acrescida de informações por diversos produtores.

Décima Questão:

10. Um Centro de Documentação pode ter seu acervo composto por fundos e por coleções. Segundo Ariane Ducrot, existe apenas um único critério que não deve ser utilizado para a organização de coleções. Que critério é este ?

- a) Assunto.

- b) Cronológico.
- c) Alfabético.
- d) Geográfico.
- e) Onomástico.

Análise da Décima Questão

1º . Recorte e contexto: perda e ganho de significados

Trata-se, nesta questão, de um centro de documentação, em que o acervo é composto por fundos e coleções. Adotou-se o termo fundo, o que é preferível ao termo “arquivo”, que, como vimos, resulta confuso, quando não especifica se é a Instituição, serviço ou fundo, mas a terminologia “fundo” também já não se aplica a toda e qualquer produção de informação por uma instituição, como Silva *et al* tratam em obra que marca a proposição de um novo paradigma.⁵³

Vejam agora, outra reflexão que a questão deflagra. O que se entende aqui por coleção ? Como referencia o texto assinado por Ariane Ducrot e por alertar que se tratava de um centro de documentação, com fundos e coleções, dá margem em se pensar que os arquivos pessoais e familiares estivessem aqui sendo chamados de coleção, como querem alguns autores. Neste caso, a resposta segundo os princípios arquivísticos, ficaria com a alternativa “a”.

Porém, também é possível que coleção tivesse sido usado como a define o Dicionário de Terminologia, **“Coleção: reunião artificial de documentos que, não mantendo relação orgânica entre si, apresentam alguma característica comum.”**⁵⁴ Podemos ainda inferir que Coleção tivesse sido usada no sentido definido pelo Glossário da ISAD(G): **“Coleção (collection) – Uma reunião artificial de documentos acumulados com base em alguma característica comum, sem atentar para a sua proveniência. Não confundir com fundo arquivístico.”**⁵⁵

Neste sentido e em outros, uma coleção pode ser organizada segundo qualquer um dos critérios citados. Não estamos falando aqui de classificação, mas sim de ordenação de documentos, na visão clássica da Arquivística, uma vez que coleções não são passíveis de serem tratadas como documento de arquivo, no sentido em que isto é compreendido pelos dogmas e axiomas arquivísticos tradicionais.

No mesmo texto, Ariane Ducrot, a autora, adverte: *“Em todos os países, os arquivistas começaram a classificar os arquivos por assunto de pesquisa (classificação metódica), como nas bibliotecas e nos centros de documentação. Ora, essa prática rapidamente*

revelou-se catastrófica: tirar os documentos do conjunto original a que pertenciam, ou romper sua ordem inicial no seio do fundo para distribuí-los entre temas arbitrariamente escolhidos e que, na maioria das vezes, deixavam de fazer justiça à sua...⁵⁶ Se nos reportarmos a este ponto do texto, excluiríamos a alternativa “a”, considerada como correta.

No entanto, a questão se reporta ao que é tratado na página 158. O problema é que na formulação da questão, não foi especificado que se tratava de uma “coleção de documentos históricos”, na enumeração de como aplicar o princípio da proveniência na classificação de arquivos pessoais e familiares, na ação de como definir o conteúdo de um fundo. A autora enumera tipologias informacionais que podem ser encontradas em um fundo, e entre elas, a “coleção de documentos históricos” – o que não esclarece muito - advertindo que *“não constitui um fundo de arquivo, pois foi criada de maneira artificial, segundo os critérios determinados subjetivamente por quem os reuniu. As instituições arquivísticas não devem criar essas coleções, mas podem recebê-las, seja sozinhas, já que tais documentos são arquivos, seja junto com o fundo da pessoa que as constituiu e cujas áreas de interesse elas esclarecem. Nesse último caso convém distinguir claramente o fundo e a coleção, classificando-os segundo seus critérios próprios. Quanto à coleção, como o princípio da proveniência não se aplica, será classificada da maneira que mais favoreça às pesquisas: por ordem cronológica, ou por ordem alfabética dos nomes das pessoas, até de países, mas jamais por assunto de pesquisa, porque recairíamos nos inconvenientes há pouco assinalados. A menos que o próprio autor da coleção a tenha assim classificado. Nesse caso, o arquivista a completará com um índice dos nomes de pessoas, de lugares e de assuntos.”*

De início, já constatamos pelo contexto que o critério por “assunto” não é o “*único critério que não deve ser utilizado para a organização de coleções*”, como afirma a questão, porque a autora aconselha que seja mantido, caso o próprio autor o tenha ordenado desta maneira. Por outro lado, não estamos falando de coleção apenas, mas de uma coleção específica de “documentos históricos”, dentro de um fundo de arquivo pessoal e familiar. Ressaltamos também a obscuridade de significado quando a autora diz se tratar de “coleção de documentos históricos”, pois seria necessário definir o que são “documentos históricos”.

V. Conclusões

Da denominação do cargo às questões que compõem a prova, tudo perpassa, em vários níveis, pela síncrese e o enleio em que o profissional que trabalha com a informação, tem se deparado, no decorrer dos últimos anos, tendo em vista a conjuntura de forte impacto na sociedade, economia e cultura produzido pelas novas tecnologias da informação e comunicação (as TIC). A Sociedade da Informação envolve-nos hoje, inexoravelmente, mas, não obstante isso, a formação dos profissionais de informação, nomeadamente arquivistas, continua pautada por pressupostos e práticas, termos, conceitos e nomenclatura eivados de excesso de senso comum, equivocidade e anacronismo.

1. O perfil contemporâneo do profissional da informação dotado de um arsenal terminológico e conceitual não sincrético

O reconhecimento da profissão de Arquivista, no Brasil, cuja regulamentação vem sendo arrastada desde o final da década de 70⁵⁷, tem desconsiderado a necessária transição que permita o exercício da profissão pelos profissionais pioneiros que se dedicaram à área, mas que não têm formação em graduação em curso de Arquivologia. Estes cursos são restritos a algumas unidades da federação, o que resulta em constante conflito entre graduados e não graduados, pois nos Estados onde não há cursos de formação, os profissionais buscam se especializar em cursos de pós graduação e de extensão. Ignorar a existência destes profissionais só não é mais grave do que não reconhecer como arquivistas os professores dos agora graduados em arquivologia ou arquivística, e que constituíram o corpo docente que possibilitou a formação desses graduados e pós graduados. Tal intransigência atrasou, em pelo menos duas décadas, a regulamentação da profissão, a ponto de, neste momento, ter perdido “o bonde da história”. A proposta para que sejam criados os Conselhos Nacionais e Regionais de Arquivistas, chega, neste contexto, caduca, pelo descompasso entre a lei, e o seu teor, que reconheceu a profissão em contexto diferente do atual, quando os rumos da Arquivística atendia a um outro momento histórico, que já não faz sentido nos tempos atuais.⁵⁸ Parece que em vez de proteger o mercado de trabalho para o Arquivista, com o reconhecimento, através de Lei, da profissão, o que tem acontecido é a criação de uma infinidade de novas denominações para a função do profissional da informação, para escapar à exigência de formação específica em curso de Arquivologia.

O objeto dos profissionais que tratam a informação, tendo em vista a importância e a difusão que assumiu a partir da segunda década do século anterior, aponta que em vez da especialização restritiva que todo o conhecimento acaba por exigir, o caminho parece ser justamente o da síntese, exigindo um profissional que trate da informação, segundo o paradigma contemporâneo, um profissional “sintético”, como propõem Silva e Ribeiro, em vários trabalhos e, em especial, nas comunicações apresentadas no Integrar, 1º Congresso Internacional de Arquivos, Bibliotecas, Centros de Documentação e Museus, em continuidade das propostas que desde 1998⁵⁹, ambos, juntamente com outros autores, têm apresentado, através de publicações de livros e trabalhos que tratam do assunto. Partindo das propostas, avançaram para a ação, e ambos são responsáveis pela criação, entre outros, na Universidade do Porto, do curso de graduação em Ciência da Informação, numa proposta que “*resulta da superação de antíteses artificiais. E se identifica através das valências positivas que até agora sobressaem no perfil*”⁶⁰ dos bibliotecários, arquivistas, documentalistas e, as acrescem, ao perfil dos profissionais em sistemas e tecnologias da informação, no sentido de formar um profissional que faça a síntese dessas valências e corresponda ao vasto e plurifacetado uso da informação.

A formação deste profissional, bem como o que isto significa, em termos de mudanças de conceitos e paradigmas, tem provocado, entre outras reações, a reação daqueles que consideram que o seu campo de trabalho deva ser defendido como território delimitado e exclusivo, fundamentado em princípios e métodos de investigação, estabelecidos em outro momento histórico, cujos objetivos e objeto tinham outra natureza e finalidade. Ao defenderem uma ciência fechada para a renovação, fechando-se em dogmas e axiomas, assumem justamente a postura anti-científica de se recusarem a estar abertos ao novo e à espiral evolutiva resultante das transformações do conhecimento e da percepção de um mundo que é dinâmico, em velocidade cada vez mais rápida, e na ampliação de conhecimento, que, nessa expansão, derruba antigas fronteiras, evoluindo para uma abordagem sistêmica da informação, da qual decorre a interdependência e a contextualização, compatíveis com a necessidade imposta pela Sociedade da Informação.

Se partirmos do conceito de que o objeto cognoscível, cientificamente, que este profissional deverá se debruçar, é a informação, temos, como ponto de partida essencial, que definir o que é Informação. Neste sentido, adotamos a definição proposta por Silva e Ribeiro⁶¹, de que “*Informação (humana e social) é o conjunto*

estruturado de representações codificadas (símbolos, significantes) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registradas num qualquer suporte material (papel, filme, disco magnético, óptico, etc.) e/ou comunicadas em tempos e espaços diferentes.”

No Integrar, evento ocorrido em abril de 2002, cuja publicação de textos fazemos referência neste trabalho, um dos objetivos foi reunir - conforme mensagem das entidades promotoras, em que Maria de Lourdes Côrtes Romanelli, Presidente da FEBAB, afirmou - *“as quatro áreas-fim da informação de quatro continentes – América, Europa, Ásia e África”, para dar seguimento ao que, desde de 1999, passou a ser uma meta da Federação, pois diante de “ as grandes mudanças que estão acontecendo em nossa profissão, no mercado de trabalho, nas instituições e na sociedade como um todo precisam gerar mudanças também em nossas escolas de formação profissional e nos nossos órgãos de classe.”*⁶²

A Diretora da Associação dos Arquivistas de São Paulo, Ana Maria de Almeida Camargo, em sua mensagem, para a mesma oportunidade, elogia a iniciativa e ao mesmo tempo que acrescenta: *“Afinal ante o avanço cada vez maior de uma racionalidade baseada nas exigências do mercado, no binômio custo / benefício, no discurso da competência, no predomínio de valores utilitários e no advento de novas tecnologias, é tempo de construir espaços comuns de resistência, de criar relações de cumplicidade, de examinar fronteiras, de demarcar individualidades, de firmar parcerias, de dialogar.”*

Recortamos estas duas expressões, porque consideramos que elas espelham as posturas radicais por vezes, outras dúbias ou titubeantes, em que se alternam a imposição de mudança, inevitável, e a resistência, na defesa do campo de trabalho, dos princípios e limite da disciplina ou ciência a que se dedicam a Arquivística, a Bibliotecologia/Biblioteconomia, a Ciência da Documentação e a Museologia, sem falar ainda, das outras principais disciplinas circunscritas às ciências sociais predominantes – a História, a Economia, a Sociologia, a Antropologia e a Ciência Política – e o Direito e a Ciência da Administração, conforme cita Ribeiro.⁶³

Assim, têm sido criados subterfúgios para contornar o que está estabelecido, adiando o momento de repensar e buscar novas práticas, novos caminhos, buscando manter limites e fronteiras no que está cada vez mais próximo, meta, inter e transdisciplinarmente, pelo natural receio que a mudança traz como componente, seja por posturas conservadoras e/ou dogmáticas, ou buscando conciliar o inconciliável,

através de busca de hibridismos que não resolvem nem a questão epistemológica e metodológica do tratamento da informação, nem conseguem formar, no sentido acadêmico do termo, o profissional que atenda a essa realidade. Esta postura negligencia e desvaloriza os aspectos desejáveis dessa mudança, em nosso entender, inexorável se quisermos estar ocupando a demanda do mundo contemporâneo para que a informação, produzida tão veloz e constantemente, não se perca no caos da acumulação que nos faz ter que redescobrir o mesmo conhecimento/informação milhares de vezes.

Para manter a Arquivística e os arquivistas, como território conquistado e imutável, somos todos atropelados por uma infinidade de “novos” profissionais cujas funções e objeto de trabalho é a informação. Neste sentido, a denominação de “Profissional em Organização de Arquivos”, passa a ser uma expressão que ao mesmo tempo que pretende ser clara e limitadora, se perde também na falta de especificidade, sem com isso garantir a inter, meta e transdisciplinaridade exigida pelo paradigma pós custodial e científico, proposto por Ribeiro e Silva.

Para ampliar esta abordagem do perfil do profissional, nos reportamos para o trabalho apresentado por Silva, em que ele afirma, em meio a extenso raciocínio e argumentação, aquilo que se sintetiza nestas palavras:

“ (...) pretendemos, enfim, sublinhar que só pode haver profissões de sucesso na área da Informação e Documentação, para usarmos a expressão usada no Referencial Europeu, se forem balizadas por uma formação de nível científico superior e pós-graduado capaz de desenvolver um campo de estudo teórico-prático próprio e de fecundas relações interdisciplinares em múltiplas esferas de abordagem. Um campo de referência permanente para as mais diversas acções de formação inclusive as dirigidas para a preparação profissionalizante de Técnicos Auxiliares habilitados com o 12^o ano de escolaridade.

Concebemos, assim, uma formação poliédrica porquanto ela parte de um bloco unitário com diferentes facetas articuladas e complementares entre si. Unidade e diversidade parece-nos ser a receita adequada para o profissional da Informação que tem de ousar os desafios imensos e imprevisíveis do séc. XXI que já chegou.”

A concepção de um tal profissional poliédrico surge como uma necessidade prática e epistemológica, que o exercício analítico e crítico atrás elaborado, em torno do enunciado de uma prova para seleção de um profissional de Arquivo, torna bem evidente. O objetivo desta argumentação é permitir a melhor percepção de que a dignificação, a coerência e a consistência teórico-prática dos especialistas e profissionais que, para lá da manipulação física de um objeto específico - o documento -, gerem, analisam, descrevem, preservam e difundem Informação, convocam uma postura de exigência formativa e teórico-conceitual que os arquivistas, isoladamente, não têm conseguido desenvolver até agora. No trabalho citado, é apresentada uma relação de designações mais freqüentes para o “profissional da informação”, que refletem a pretensão de que sejam introduzidas nuances e especificidades que fiquem definidas pelo uso de adjetivação e de nomeações plurais, denotando hibridismo, ambigüidade e tentativa, inócua e obscura, de estabelecer perfis e competências, que buscam ser distinguidas pela criação de uma variedade infindável de atribuições que espelham o conflito entre a necessidade da especialização, própria do paradigma newtoniano-cartesiano e a abrangência, sistêmica e contextualizada, do paradigma holístico e sistêmico.⁶⁴

A polissemia terminológica e a falta de metodologia, como pretensamente desejamos apresentar, a partir de uma prova de concurso público para o cargo de “profissional em organização de arquivo”, ensejam que haja a reflexão sobre a importância e a necessidade de buscar uma nova condição, sem ser axiomática ou dogmática, para, enfim, adotar um paradigma que contemple a comunicação unívoca e a postura científica que contemple a abordagem sistêmica, holística e inter, multi e transdisciplinar, requeridas ao tratamento da Informação.

VI. Notas e referências

¹ Silva, Armando Malheiro da. Ribeiro, Fernanda. Das ciências documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

² Ver texto, sobre o tema, elaborado por: Ribeiro, Fernanda. O desafio da formação profissional: novo paradigma, novo modelo formativo. Pág. 419/440. 1º Congresso Internacional de Arquivos, Bibliotecas, Centros de Documentação e Museus: textos. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

³ Holanda Ferreira, Aurélio Buarque. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. 2ª ed. ver. e aum., 30ª impressão. Editora Nova Fronteira, p 1380

⁴ Holanda Ferreira, p 518

⁵ Camargo, Ana Maria de Almeida. Bellotto, Heloísa Liberalli et al. Dicionário de terminologia arquivística. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1996. p 21

⁶ Camargo, p 05

⁷ Holanda Ferreira, p 712.

⁸ Holanda Ferreira, p 1.380

-
- ⁹ Camargo, p 44.
- ¹⁰ Camargo, p 21.
- ¹¹ Camargo, p 28.
- ¹² Camargo, p 5.
- ¹³ ISAD(G): norma geral internacional de descrição arquivística: adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 10-22 de setembro de 1999 [Versão brasileira preparada pelo Grupo de Trabalho do Arquivo Nacional], 2ª ed., Madrid: subdirección General de los Archivos Estatales, 2000.
- ¹⁴ Camargo, p 73.
- ¹⁵ Holanda Ferreira, p 1226.
- ¹⁶ Holanda Ferreira, p 1230.
- ¹⁷ Holanda Ferreira, p 416.
- ¹⁸ Holanda Ferreira, p 601.
- ¹⁹ Camargo, p 5.
- ²⁰ Lopes, Luís Carlos. A nova arquivística na modernização administrativa. Rio de Janeiro: outubro, 2000.
- ²¹ Lopes, p 113.
- ²² Lopes, p 113
- ²³ Camargo, p 60
- ²⁴ Camargo, p 09
- ²⁵ Camargo, p 16
- ²⁶ Camargo, 55/56
- ²⁷ Grifo dos autores. Bellotto, Heloísa Liberalli. Arquivos permanentes: tratamento documental. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.
- ²⁸ Camargo, p 09
- ²⁹ Camargo, p 60
- ³⁰ Holanda Ferreira, p 710
- ³¹ Holanda Ferreira, p 169
- ³² Lopes, p 113
- ³³ Comentário dos autores.
- ³⁴ Bellotto, p 96
- ³⁵ Camargo, p 79
- ³⁶ Smit, Johanna Wilhelmina. Kobashi, Nair Y. Como construir vocabulários controlados para aplicação em arquivos, Oficinas 2001, Arquivo do Estado, cópia mecanográfica, Associação dos Arquivistas de São Paulo.
- ³⁷ Idem
- ³⁸ Camargo, p 57
- ³⁹ Holanda Ferreira, p 455
- ⁴⁰ ISAD(G), p 15
- ⁴¹ ISAD(G), p 16
- ⁴² Holanda Ferreira, p 498.
- ⁴³ Holanda Ferreira, p 1397.
- ⁴⁴ Camargo, 17
- ⁴⁵ Holanda Ferreira, p 463.
- ⁴⁶ Camargo, p 14.
- ⁴⁷ Herrera, Antonia Heredia. Archivistica general: teoria y practica. Sevilha: Diputación de Sevilha, 1991.
- ⁴⁸ Camargo, pp 14 e 15.
- ⁴⁹ ISAD(G), p 15.
- ⁵⁰ ISAD(G) pp 16/17.
- ⁵¹ ISAD(G), p 32, p 62 e p 69, respectivamente.
- ⁵² Camargo, p 61.
- ⁵³ Silva, Armando Malheiro da. Ribeiro, Fernanda. Ramos, Júlio. Real, Manuel Luís. Arquivística – Teoria e Prática de uma Ciência da Informação. Volume I. Porto: Edições Afrontamento, junho de 1999 p 213.
- ⁵⁴ Camargo, p 17.
- ⁵⁵ ISAD(G), P 15.
- ⁵⁶ Ducrot, Ariane. “A classificação dos arquivos pessoais e familiares. Estudos Históricos 21, Arquivos Pessoais, 1998. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas. P 154
- ⁵⁷ Lei nº 6.546. de 04 de julho de 1978. “Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências.”
- ⁵⁸ A Lei nº 6546 de 04/07/78, no artigo 7º: “Esta Lei será regulamentada no prazo de noventa dias, a partir da data de sua vigência”, ou seja, a data de sua publicação.

⁵⁹ Silva e Ribeiro, et al, 1999

⁶⁰ Silva, Armando Malheiro da. Ribeiro, Fernanda. Das “Ciências” Documentais à Ciência da Informação. Ensaio epistemológico para um novo modelo curricular. Porto: Edições Afrontamento, outubro de 2002) p 155.

⁶¹ Silva, Armando Malheiro da . Arquivística, Biblioteconomia e Museologia do empirismo patrimonialista ao paradigma emergente da Ciência da Informação. Pág. 589 – 573/607. 1º Congresso Internacional de Arquivos, Bibliotecas, Centros de Documentação e Museus: textos. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

⁶² Mensagem das entidades promotoras. FEBAB. 1º Congresso Internacional de Arquivos, Bibliotecas, Centros de Documentação e Museus: textos. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. pp 13 a 15.

⁶³ Ribeiro, Fernanda. O desafio da formação profissional: novo paradigma, novo modelo formativo. Integrar: 1º Congresso internacional de arquivos, bibliotecas, centros de documentação e museus: textos. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. P. 431

⁶⁴ Silva, Armando Malheiro da; Ribeiro, Fernanda - Formação, perfil e competências do profissional da informação. In VIII Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, 12, 13 e 14 de Maio de 2004 - *Nas encruzilhadas da informação e da cultura: (re)inventar a profissão: actas*. Lisboa: BAD, cd-rom, doc. pdf

Texto recomendado para completar e contextualizar os argumentos sobre a pluralidade de profissionais da Informação: “Profissionais da informação: administrador de dados, analista de informação, arquiteto de informação, arquivista, auditor de sítios web, bibliotecário, cibertecário, cientista da informação, cientista do conhecimento, consultor em informação, documentalista, especialista em documentação, especialista em gestão do conhecimento, gestor de conteúdos, gestor de documentos, gestor de informação, gestor de recursos de informação, mediador de informação, produtor de conteúdos digitais, profissional da informação, profissional do conhecimento, técnico de documentação, tecnólogo da informação.”